



**MPRJ** | **MINISTÉRIO PÚBLICO**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## OFÍCIO

**Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**  
**2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**  
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,  
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil  
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950  
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 817/2021

*Itaboraí*, 11 de maio de 2021.

Ref.: **PA 163/2019 – MPRJ 201900978778**

(Favor mencionar na resposta)

Excelentíssimo Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o, primeiramente, cumpre informar que procedimento administrativo em epígrafe apura o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11.2, da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação: A PETROBRAS, no referido item 5.1.11.2 da cláusula segunda, obrigou-se a “(...)de forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021”. O referido procedimento vinha tramitando com o auxílio do GAEMA.

Diante do objeto do presente procedimento administrativo, verifica-se a conveniência de ora se requerer o auxílio ao citado GTT, com o objetivo estratégico de propiciar as circunstâncias necessárias ao efetivo planejamento e a regular gestão dos recursos hídricos, notadamente nas bacias hidrográficas cujo balanço hídrico apresente elevado grau de criticidade e vulnerabilidade no Estado do Rio de Janeiro, buscando a tutela qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, analisando e prevenindo a extensão dos impactos socioambientais, com vistas a reduzir a magnitude de efetivos ou potenciais prejuízos que decorram ou poderão decorrer de eventos hidrológicos extremos.

Desta forma, patenteia-se a presença da relevância institucional e a pertinência temática para se requerer o auxílio do GTT, nos termos do art. 1º da Resolução GPGJ nº 2.415/21, do art. 24 da Lei nº 8.625/93, do art. 32, §3º, da Lei Complementar nº 106/03 e do art. 2º, caput da Resolução GPGJ 2.401, de 10 de fevereiro de 2021.

Neste sentido, cordialmente, **sirvo-me do presente para remeter-lhe, em anexo, formulário de solicitação de auxílio de atuação coletiva especializada voltada à garantia da segurança hídrica no Estado do Rio de Janeiro ao Grupo Temático Temporário.**

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

**TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**

A Sua Excelência  
Doutor **DAVID FRANCISCO DE FARIA**  
Coordenação-Geral de Atuação Coletiva Especializada  
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Avenida Marechal Câmara, nº 350, 6º andar - Centro – Rio de Janeiro  
Email: scgace@mprj.mp.br



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, Promotor de Justiça**, em 11/05/2021, às 21:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0674208** e o código CRC **2F3CAC3D**.



## **FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO DO GRUPO TEMÁTICO TEMPORÁRIO VOLTADO À GARANTIA DA SEGURANÇA HÍDRICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSTITUÍDO PELA RES. GPGJ Nº 2415/21**

**Excelentíssimo Senhor Coordenador-Geral de Atuação Coletiva Especializada,**

Promotor de Justiça: Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula: 3226      (X) Titular      (   ) Designado (   ) Auxílio

Órgão de Execução: 2ª PJTC Núcleo Itaboraí

Comarca: Itaboraí, requer a **DESIGNAÇÃO DE AUXÍLIO** do Grupo Temático Temporário instituído pela Res. GPGJ nº 2.415/21, voltado à garantia da Segurança Hídrica no Estado do Rio de Janeiro, para atuação conjunta, integrada e temporária, a título de auxílio consentido ao órgão de execução requerente, para officiar nos procedimentos abaixo especificados, diante do disposto no art. 24 da Lei nº 8.625/93, no art. 32, §3º, da Lei Complementar nº 106/03 e no art. 2º, *caput* da Resolução GPGJ 2.401, de 10 de fevereiro de 2021.

Os referidos procedimentos tem por objeto definido na ementa o que consta abaixo:

- 1) PA 150/2019 - MPRJ 2019.00977739** - Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 2, da cláusula segunda do tac pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública n. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação: "*(...) depositar, no prazo de **150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, a importância de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, para que seja elaborado pelo ERJ o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, a partir de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da SEAS, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para***

*abastecimento da região, com regular análise das alternativas locacionais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada. O Termo de Referência a ser feito pelo INEA/SEAS para tal plano deverá ser apresentado ao MPRJ, para fins de prévio e imprescindível consenso técnico antes de sua execução. Tal estudo deverá abordar todos os itens da conclusão da IT nº 239/2017 do GATE/MPRJ, inclusive sugerindo as alterações necessárias no projeto inicial da Barragem do Guapiaçu, a fim de tornar o projeto viável do ponto de vista ambiental e social. No momento seguinte, o órgão licenciador deverá observar a adequada avaliação dos impactos ambientais e sociais, além da justa e prévia indenização pela desapropriação (quando for o caso). Caso o valor do estudo seja inferior à importância depositada, o recurso sobressalente será utilizado em ações que aumentem a segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro."*

- 2) PA 152/2019 - MPRJ 2019.00978517** - Apurar o cumprimento da obrigação contida no parágrafo 4º da cláusula primeira do TAC; item 3 (ii); item 3.1 (a); e item 5.2.5.1 da cláusula segunda do TAC; item 6.3 da cláusula terceira do TAC; parágrafo primeiro e parágrafo terceiro da cláusula quarta do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública n. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação: A PETROBRAS, no Parágrafo Quarto da cláusula primeira, obrigou-se a "(...)após a conclusão do Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro previsto no item 2 da cláusula segunda, que incluirá a avaliação acerca das alternativas para abastecimento hídrico na região do Comperj, caso haja confirmação da implantação da Barragem de Guapiaçu como melhor opção, com as devidas e prévias alterações no EIA/RIMA próprio considerando o teor do estudo referido no mencionado item 2, ou outra solução que fora apontada pelo Plano, o Compromissário Estado do Rio de Janeiro deverá elaborar o projeto, obra e desapropriações, servindo dos recursos previstos na cláusula segunda, item 3, como apoio à sua implementação"; A PETROBRAS, no item 3 (ii) da cláusula segunda, obrigou-se a"(...)depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas a serem indicadas pelo beneficiário e referendadas pela Secretária de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, respectivamente, as importâncias remanescentes de: (ii) R\$ 131.952,702,96 (cento e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta



*e dois mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos) para ações de execução do reforço hídrico da região (a ser definido a partir do estudo do item 2 anterior, sendo certo que na hipótese de eventual estudo apontar pela necessidade de implantação da Barragem do Guapiaçu, a efetiva intervenção somente será realizada pelo ERJ, com os recursos aportados, após o consenso técnico entre o INEA e o MPRJ acerca da proposta, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 (três) parcelas trimestrais iguais e sucessivas contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento, em atendimento à condicionante 32 conforme redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016; A PETROBRAS no item 3.1 (a) da cláusula segunda, comprometeu-se a "(...) a título de atualização monetária dos valores acima referidos para esgotamento sanitário e reforço hídrico, a depositar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, nas mesmas contas mencionadas acima (a serem indicadas pelo INEA ou pela SEAS e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 – trinta e cinco – dias), a importância de R\$ 30.753.172,38 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e trinta e oito centavos), que será utilizada da seguinte maneira: (a) a importância de até R\$ 13.744.020,00, para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região"; A PETROBRAS no item 5.2.5.1 da cláusula segunda obrigou-se a "(...) eventual saldo de recursos decorrentes de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA, na forma do item 3 da cláusula segunda"; O INEA no item 6.3 da cláusula terceira comprometeu-se (...) a realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico com os recursos disponibilizados no item 3.1 da cláusula segunda, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os valores previstos no item 3.2 da cláusula segunda; O ESTADO DO RIO DE JANEIRO no Parágrafo primeiro da cláusula quarta, obrigou-se a exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização "(...) dos valores para reforço hídrico e esgotamento sanitário, os quais serão depositados pela PETROBRAS em conta específica indicada pelo INEA, conforme previstos na cláusula segunda, se configuram valores estimados os*

*quais poderão, no caso de não atingimento do total, ser remanejados pela SEAS, desde que restritos a ações de reforço hídrico e obras de esgotamento sanitário, tudo na mesma região; O ESTADO DO RIO DE JANEIRO no Parágrafo terceiro da cláusula quarta, obrigou-se a exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização "(...) o estudo previsto no item 2 da cláusula segunda deverá servir como balizador acerca da necessidade de implantação da Barragem de Guapiaçu, assim como acerca da existência de alternativas mais eficientes para reforço hídrico da região. Eventual discordância acerca dos termos do estudo mencionado deverá ser fundamentada em documentação técnica e estudos relevantes, suficientes para embasar a revisão do estudo anterior ou a tomada de decisão acerca de qual a melhor solução hídrica para a região, possuindo a SEAS e o MPRJ poder de veto em relação ao empreendimento a ser escolhido."*

- 3) PA 162/2019 - MPRJ 2019.00978781** - Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11; e no item 5.1.11.1 da cláusula segunda do TAC; no parágrafo 2º, no parágrafo 3º; e no parágrafo 4º da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública n. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação: A PETROBRAS, no item 5.1.11) Em relação à condicionante 8.4, da cláusula segunda, obrigou-se a "(...) (i) Celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/SEAS, **no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do TAC**, desde que o INEA já tenha: (i) informado à PETROBRAS as áreas que foram quitadas, com termo de quitação; (ii) enviado a minuta do TCRF antes da celebração do presente instrumento, com pagamento em 2 (duas) parcelas, **sendo a primeira em 60 (sessenta dias) após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020**, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações não dadas por quitadas pela SEAS relativas à: (i) obrigação de restaurar 5.005,8 ha, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP nº FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às

obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP nº nº FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA nº 43/2009, no qual será estabelecido mecanismo financeiro de contribuição aos serviços ecossistêmicos, relativo ao quantitativo de áreas em hectares que não for dado como quitado pelo INEA, mediante depósito na conta do TCRF, nos prazos a serem estabelecidos no TCRF; (ii) condicionantes 30, 31, 32 e 33 da LI Nº 0016106 (LI Estrada de Acesso Principal); (iii) condicionantes 30, 31, 32, 33, 34 e 35 da LI Nº IN020319 (LI UHOS); (iv) condicionantes 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da LI Nº IN023703 e e condicionantes 3, 4, e 5 da Averbação 002721 (Emissário); (v) condicionantes 38, 39, 40, 41, 42 e 43 da LI Nº IN024121 (DUTOS); (vi) condicionantes 37, 38, 39, 40 e 41 da LI Nº IN024202 (GASODUTOS); (vii) condicionante 25, 26, 27, 28 e 29 da LAS Nº IN025668 (LAS INOÃ); (viii) condicionante 5.2 da Licença Prévia IN001543 (Estrada de Acesso Principal); (ix) condicionantes 13, 14 e 15 da LI Nº IN024123 (LT 345 kV) ou a que vier a substituí-la; (x) Cap. 8.6 do Plano Básico Ambiental da Urbanização e da UPB”; A PETROBRAS, no item 5.1.11.1 da cláusula segunda, comprometeu-se “(...) para que seja viabilizado o cumprimento do parágrafo quarto da cláusula terceira, que autoriza a SEAS/INEA a utilizar 10% (dez por cento) dos valores do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula 5.1.11 supra com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF, será estabelecido no instrumento que, quando do depósito no âmbito do mecanismo financeiro, este valor já seja separado para tal finalidade. Com efeito, será realizado um depósito específico no Fundo Mata Atlântica da importância de 10% para atendimento dessa finalidade, **em 60 (sessenta) dias após a homologação do TAC.** Tal valor será subtraído da importância total do TCRF”; O INEA, no Parágrafo Primeiro da cláusula terceira, obrigou-se ao “(...) cumprimento das obrigações da PETROBRAS constantes da presente cláusula implicará na obrigação do INEA de dar quitação das condicionantes ambientais respectivas, em especial das condicionantes 32 e 34 unificadas pela estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009”; A PETROBRAS, no Parágrafo Segundo da cláusula terceira, comprometeu-se “(...) o valor a ser depositado pela PETROBRAS relativo à cláusula (Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF) deverá ser utilizado em ações de restauração florestal na

*mesma bacia hidrográfica onde o COMPERJ está situado, salvo no caso de inviabilidade técnica devidamente justificada, hipótese em que, mediante anuência expressa do MPRJ, a compensação poderá beneficiar outra região”; A PETROBRAS, no Parágrafo Terceiro da cláusula terceira, comprometeu-se aos “(...) valores depositados em razão do TCRF relativo à cláusula segunda item 5.1.11 deverão ser utilizados na forma da Resolução nº 143/2017 do INEA, devendo ser observados: (i) o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do depósito de cada parcela, para o INEA/SEAS apresentar os projetos que serão contemplados com os respectivos cronogramas físico/financeiro; (ii) o início da execução de tais projetos deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação dos projetos, sendo que o restaurador INEA/SEAS deverá monitorar periodicamente as áreas em restauração até o atingimento dos indicadores ecológicos estabelecidos para a quitação no Anexo II da citada Resolução, respeitando-se o período mínimo de 4 (quatro) anos, a contar da data de aprovação da Certificação da Implantação”; O SEAS/INEA, no Parágrafo Quarto da cláusula terceira, comprometeu-se a “(...)SEAS/INEA está autorizado(a) a utilizar até 10% (dez por cento) dos valores constantes do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula segunda item 5.1.11 para planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF”.*

- 4) PA 163/2019 - MPRJ 2019.00978778** - Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11.2 da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública n. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação: A PETROBRAS, no referido item 5.1.11.2 da cláusula segunda, obrigou-se a “(...)de forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas

*estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021”.*

**5) PA 53/2020 - MPRJ 2020.00174165** - Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: *"(...) apoiar financeiramente o Município de Cachoeiras de Macacu na elaboração (e eventual atualização, se necessário) do projeto executivo e na execução (limitado ao valor recebido) de seu respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSBs, no valor (...) de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) para o município citado, a ser depositado conta judicial específica, sendo certo que sua liberação ao município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. O valor total será depositado pela PETROBRAS no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC”.*

**6) PA 57/2020 - MPRJ 2020.00174161** – Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 2 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 2, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (1) projeto de conservação e recuperação ambiental da bacia Guapi-Macacu, composta pelos rios Guapiaçu e Macacu, mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R\$ 2.840.000,00 (dois milhões e oitocentos e quarenta mil reais). O depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.*

**7) PA 58/2020 - MPRJ 2020.00174160** – Apurar o o cumprimento da obrigação contida no item 2 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 2, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (2) projeto socioambiental de agricultura convencional em bordas de UC e pesticidas, visando à restauração ecológica por meio de sistemas agroflorestais – SAF com foco ciliares, utilizando duas alavancas PNAE e promoção do agroturismo, mediante o depósito, em conta judicial, de R\$ 640.066,00 (seiscentos e quarenta mil e sessenta e seis reais). O depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor"*.

Diante dos objetos de cada procedimento acima elencados, verifica-se que o auxílio ora pleiteado tem o objetivo estratégico de propiciar as circunstâncias necessárias ao efetivo planejamento e a regular gestão dos recursos hídricos, notadamente nas bacias hidrográficas cujo balanço hídrico apresente elevado grau de criticidade e vulnerabilidade no Estado do Rio de Janeiro, buscando a tutela qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, analisando e prevenindo a extensão dos impactos socioambientais, com vistas a reduzir a magnitude de efetivos ou potenciais prejuízos que decorram ou poderão decorrer de eventos hidrológicos extremos.

Desta forma, patenteia-se a presença da relevância institucional e a pertinência temática do auxílio solicitado, nos termos do art. 1º da Resolução GPGJ nº 2.415/21.

P. Deferimento.

Itaboraí, 11 de maio de 2021.

*(assinado eletronicamente)*  
**TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**  
**Promotor de Justiça**



## DESPACHO

Ao Coordenador do GTT-Segurança Hídrica para manifestação sobre o pedido de auxílio.

Após, voltem os autos.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID FRANCISCO DE FARIA, Promotor de Justiça**, em 14/05/2021, às 14:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0680835** e o código CRC **26EB23A8**.



**Ref.: PA 150/2019 (MPRJ 2019.00977739); PA 152/2019 (MPRJ 2019.00978517); PA 162/2019 (MPRJ 2019.00978781); PA 163/2019 (MPRJ 2019.00978778); PA 53/2020 (MPRJ 2020.00174165); PA 57/2020 (MPRJ 2020.00174161); PA 58/2020 (MPRJ 2020.00174160)**

**Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Itaboraí**

Requerimento de auxílio feito pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Itaboraí – Encaminhamento, para fins de auxílio consentido, de procedimentos instaurados para acompanhar o cumprimento de diversas obrigações previstas em Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro no bojo da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023 e das ações civis públicas nº 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV) – Previsão de cláusulas que tratam de questões como: elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica (PESH); reflorestamento em larga escala na bacia dos rios Guapiaçu e Macacu, responsável pelas contribuições para o Sistema Imunana-Laranja, que abastece mais de 2 milhões de pessoas; projetos de restauração ecológica orientados por Soluções Baseadas na Natureza (SbN) - Especial relevância na condução do caso, em auxílio consentido, pelo Grupo Temático Temporário de Segurança Hídrica. Manifestação no sentido do deferimento do auxílio.





1 – *CONSIDERANDO* a criação, por intermédio da Resolução GPGJ nº 2.415/21, de Grupo Temático Temporário com o objetivo de promover iniciativas estratégicas e coordenadas para garantia da Segurança Hídrica no Estado do Rio de Janeiro;

2 – *CONSIDERANDO* que o referido Grupo tem o “objetivo estratégico de propiciar, por intermédio de instrumentos e providências judiciais e extrajudiciais, as circunstâncias necessárias ao efetivo planejamento e a regular gestão dos recursos hídricos, notadamente nas bacias hidrográficas cujo balanço hídrico apresente elevado grau de criticidade e vulnerabilidade, buscando a tutela qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, analisando e prevenindo a extensão dos impactos socioambientais, com vistas a reduzir a magnitude de efetivos ou potenciais prejuízos que decorram ou poderão decorrer de eventos hidrológicos extremos” (Art. 1º da Res. GPGJ nº 2415/21);

3 – *CONSIDERANDO* as solicitações de auxílio em anexo, pela qual o d. Promotor de Justiça subscritor pugnou pela atuação consentida deste grupo nos procedimentos PA 150/2019, PA 152/2019, PA 162/2019 e PA 163/2019, que têm por objeto acompanhar o cumprimento de diversas obrigações previstas no TAC celebrado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ACP n. 0009919-12.2018.8.19.0023, conforme se observa a seguir:

- (I) **PA 150/2019**: Apura o cumprimento da obrigação descrita no item 2, da cláusula segunda do TAC supramencionado, a qual possui a seguinte redação: (...) depositar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, a importância de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, para que seja **elaborado pelo ERJ o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro**, a partir de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da SEAS, que deverá contemplar **capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para abastecimento da região, com regular análise das alternativas locais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada**. O Termo de



Referência a ser feito pelo INEA/SEAS para tal plano deverá ser apresentado ao MPRJ, para fins de prévio e imprescindível consenso técnico antes de sua execução. Tal estudo deverá abordar todos os itens da conclusão da IT nº 239/2017 do GATE/MPRJ, inclusive sugerindo as alterações necessárias no projeto inicial da Barragem do Guapiaçu, a fim de tornar o projeto viável do ponto de vista ambiental e social. No momento seguinte, o órgão licenciador deverá observar a adequada avaliação dos impactos ambientais e sociais, além da justa e prévia indenização pela desapropriação (quando for o caso). Caso o valor do estudo seja inferior à importância depositada, o recurso sobressalente será utilizado em ações que aumentem a segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro.”

- (II) **PA 152/2019**: apura o cumprimento das obrigações previstas no parágrafo 4º da cláusula primeira; nos itens 3 (ii), 3.1(a) e 5.2.5.1 da cláusula segunda; item 6.3 da cláusula terceira do TAC; parágrafo primeiro e parágrafo terceiro da cláusula quarta do TAC supramencionado, os quais preveem: A PETROBRAS, no Parágrafo Quarto da cláusula primeira, obrigou-se a “(. . .) após a conclusão do Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro previsto no item 2 da cláusula segunda, que incluirá a avaliação acerca das alternativas para abastecimento hídrico na região do Comperj, caso haja confirmação da implantação da Barragem de Guapiaçu como melhor opção, com as devidas e prévias alterações no EIA/RIMA próprio considerando o teor do estudo referido no mencionado item 2, ou outra solução que fora apontada pelo Plano, o Compromissário Estado do Rio de Janeiro deverá **elaborar o projeto, obra e desapropriações, servindo dos recursos previstos na cláusula segunda, item 3, como apoio à sua implementação**” ; A PETROBRAS, no item 3 (ii) da cláusula segunda, obrigou-se a“(…) depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas a serem indicadas pelo beneficiário e referendadas pela Secretária de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, respectivamente, as **importâncias remanescentes de: (ii) R\$ 131.952,702,96 (cento e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos) para ações de execução do reforço hídrico da região** (a ser definido a partir do estudo do item 2 anterior, sendo certo que na hipótese de eventual estudo apontar pela necessidade de implantação da Barragem do Guapiaçu, a efetiva intervenção somente será realizada pelo ERJ, com os recursos aportados, após o consenso técnico entre o INEA e o MPRJ acerca da
-



proposta, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 (três) parcelas trimestrais iguais e sucessivas contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento, em atendimento à condicionante 32 conforme redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016; A PETROBRAS no item 3.1 (a) da cláusula segunda, comprometeu-se a “ (...) a título de atualização monetária dos valores acima referidos para esgotamento sanitário e reforço hídrico, a depositar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, nas mesmas contas mencionadas acima (a serem indicadas pelo INEA ou pela SEAS e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 – trinta e cinco – dias), **a importância de R\$ 30.753.172,38 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e trinta e oito centavos), que será utilizada da seguinte maneira: (a) a importância de até R\$ 13.744.020,00, para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região (...)**”; A PETROBRAS no item 5.2.5.1 da cláusula segunda obrigou-se a “ (...) eventual saldo de recursos decorrentes de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA, na forma do item 3 da cláusula segunda”; O INEA no item 6.3 da cláusula terceira comprometeu -se (...) a realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico com os recursos disponibilizados no item 3.1 da cláusula segunda, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os valores previstos no item 3.2 da cláusula segunda; O ESTADO DO RIO DE JANEIRO no Parágrafo primeiro da cláusula quarta, obrigou-se a exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização “ (...) dos valores para reforço hídrico e esgotamento sanitário, os quais serão depositados pela PETROBRAS em conta específica indicada pelo INEA, conforme previstos na cláusula segunda, se configuram valores estimados os quais poderão, no caso de não atingimento do total , ser remanejados pela SEAS, desde que restritos a ações de reforço hídrico e obras de esgotamento sanitário, tudo na mesma região; O ESTADO DO RIO DE JANEIRO no Parágrafo terceiro da cláusula quarta, obrigou-se a exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização (...) o estudo previsto no item 2 da cláusula segunda deverá servir como balizador acerca da necessidade de implantação da Barragem de Guapiaçu, assim como acerca da existência de alternativas mais eficientes para reforço hídrico da região.

---



Eventual discordância acerca dos termos do estudo mencionado deverá ser fundamentada em documentação técnica e estudos relevantes, suficientes para embasar a revisão do estudo anterior ou a tomada de decisão acerca de qual a melhor solução hídrica para a região, possuindo a SEAS e o MPRJ poder de veto em relação ao empreendimento a ser escolhido.”

- (III) **PA 162/2019:** apura o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11 e no item 5.1.11.1 da cláusula segunda; nos parágrafos 2º, 3º e 4º da cláusula terceira do TAC supramencionado, os quais possuem a seguinte redação: A PETROBRAS, no item 5.1.11) Em relação à condicionante 8.4, da cláusula segunda, obrigou-se a “ ( . . . ) (i) **Celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/SEAS**, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do TAC, desde que o INEA já tenha: (i) informado à PETROBRAS as áreas que foram quitadas, com termo de quitação; (ii) enviado a minuta do TCRF antes da celebração do presente instrumento, com pagamento em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em 60 (sessenta dias) após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações não dadas por quitadas pela SEAS relativas à: (i) **obrigação de restaurar 5.005,8 ha**, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP n ° FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP n° n° FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA n° 43/2009, no qual será estabelecido mecanismo financeiro de contribuição aos serviços ecossistêmicos, relativo ao quantitativo de áreas em hectares que não for dado como quitado pelo INEA, mediante depósito na conta do TCRF, nos prazos a serem estabelecidos no TCRF; (ii) condicionantes 30, 31, 32 e 33 da LI N° 0016106 (LI Estrada de Acesso Principal ); (iii) condicionantes 30, 31, 32, 33, 34e 35 da LI N° IN020319 (LI UHOS); (iv) condicionantes 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17daLI N° IN023703 e condicionantes 3, 4,e 5 da Averbação 002721 (Emissário); (v) condicionantes 38, 39, 40, 41, 42 e 43 da LI N° IN024121 (DUTOS); (vi) condicionantes 37, 38, 39, 40 e 41 da LI N° IN024202 (GASODUTOS); (vi i) condicionante 25, 26, 27, 28 e 29 da LAS N° IN025668 (LAS INOÃ); (vi i



i ) condicionante 5.2 da Licença Prévia IN001543 (Estrada de Acesso Principal); (ix) condicionantes 13, 14 e 15 da LI Nº IN024123 (LT 345 kV) ou a que vier a substituí-la; (x) Cap. 8.6 do Plano Básico Ambiental da Urbanização e da UPB”; A PETROBRAS, no item 5.1.11.1 da cláusula segunda, comprometeu-se “ (...) para que seja viabilizado o cumprimento do parágrafo quarto da cláusula terceira, que autoriza a SEAS/INEA a utilizar 10% (dez por cento) dos valores do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula 5.1.11 supra com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF, será estabelecido no instrumento que, quando do depósito no âmbito do mecanismo financeiro, este valor já seja separado para tal finalidade. Com efeito, será realizado um depósito específico no Fundo Mata Atlântica da importância de 10% para atendimento dessa finalidade, em 60 (sessenta) dias após a homologação do TAC. Tal valor será subtraído da importância total do TCRF”; O INEA, no Parágrafo Primeiro da cláusula terceira, obrigou-se ao “ (...) cumprimento das obrigações da PETROBRAS constantes da presente cláusula implicará na obrigação do INEA de dar quitação das condicionantes ambientais respectivas, em especial das condicionantes 32 e 34 unificadas pela estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009 ” ; **A PETROBRAS, no Parágrafo Segundo da cláusula terceira, comprometeu-se “ ( . . . ) o valor a ser depositado pela PETROBRAS relativo à cláusula (Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF) deverá ser utilizado em ações de restauração florestal na mesma bacia hidrográfica onde o COMPERJ está situado**, salvo no caso de inviabilidade técnica devidamente justificada, hipótese em que, mediante anuência expressa do MPRJ, a compensação poderá beneficiar outra região”; A PETROBRAS, no Parágrafo Terceiro da cláusula terceira, comprometeu-se aos “ ( . . . ) valores depositados em razão do TCRF relativo à cláusula segunda item 5.1.11 deverão ser utilizados na forma da Resolução nº 143/2017 do INEA, devendo ser observados: (i) o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do depósito de cada parcela, para o INEA/SEAS apresentar os projetos que serão contemplados com os respectivos cronogramas físico/financeiro; (ii) o início da execução de tais projetos deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação dos projetos, sendo que o restaurador INEA/SEAS deverá monitorar periodicamente as áreas em restauração até o atingimento dos indicadores ecológicos estabelecidos para a quitação no Anexo II da citada Resolução, respeitando-se o período mínimo de 4 (quatro) anos, a contar da data de aprovação da Certificação da



Implantação” ; O SEAS/INEA, no Parágrafo Quarto da cláusula terceira, comprometeu-se a“ ( . . . )SEAS/INEA está autorizado(a) a utilizar até 10% (dez por cento) dos valores constantes do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula segunda i tem 5.1.11 para planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF” .

- (IV) **PA 163/2019**: apura o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11.2 da cláusula segunda do TAC supramencionado, que possui a seguinte redação: **A PETROBRAS, no referido i tem 5.1.11.2 da cláusula segunda, obrigou-se a “(...) de forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi -Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021” .**

4 – *CONSIDERANDO* que também foi solicitado o auxílio deste Grupo Temático Temporário nos procedimentos que acompanham o cumprimento das obrigações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), conforme se observa a seguir:

- (I) **PA 53/2020**: apura o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sexta do TAC acima mencionado, que prevê A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: “(...) **apoiar financeiramente o Município de Cachoeiras de Macacu na elaboração (e eventual atualização, se necessário) do projeto executivo e na**





**execução (limitado ao valor recebido) de seu respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSBs**, no valor (...) de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) para o município citado, a ser depositado conta judicial específica, sendo certo que sua liberação ao município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. O valor total será depositado pela PETROBRAS no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC”.

- (II) **PA 57/2020**: apura o cumprimento da obrigação contida no item 2 da cláusula sexta do TAC mencionado acima, o qual prevê: a PETROBRAS, no item 2, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: “(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (1) **projeto de conservação e recuperação ambiental da bacia Guapi-Macacu, composta pelos rios Guapiaçu e Macacu**, mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R\$ 2.840.000,00 (dois milhões e oitocentos e quarenta mil reais). O depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.
- (III) **PA 58/2020**: apura o cumprimento da obrigação contida no item 2 da cláusula sexta do TAC acima mencionado, o qual prevê: A PETROBRAS, no item 2, da cláusula sexta, que possui a seguinte redação: “(...) **apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (2) projeto socioambiental de agricultura convencional em bordas de UC e pesticidas, visando à restauração ecológica por meio de sistemas agroflorestais – SAF com foco ciliares**, utilizando duas alavancas PNAE e promoção do agroturismo, mediante o depósito, em conta judicial, de R\$ 640.066,00 (seiscentos e quarenta mil e sessenta e seis reais). O depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.

5 – *CONSIDERANDO*, com base na leitura das cláusulas acima, que os procedimentos são marcados por circunstâncias comuns, dentre as quais devem ser

---



destacadas: (1) as obrigações atribuídas aos compromissários se relacionam, direta ou indiretamente, com a **segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo na porção leste da Baía de Guanabara**; (2) o cumprimento das obrigações importará não apenas na adoção de soluções de engenharia cinza, mas, também, na adoção de soluções baseadas na natureza (“engenharia verde”), como reflorestamento e conservação de coberturas florestais, **medidas que contribuem sobremaneira para a regularização da vazão dos corpos hídricos utilizados no abastecimento público**; (3) as obrigações foram organizadas em “etapas” do cumprimento dos TACs que estão sistemática e cronologicamente relacionadas, de modo que o acompanhamento conjunto de todas elas pode aumentar a efetividade da fiscalização exercida pelo *Parquet*; (4) as obrigações assumidas pelos compromissários envolvem significativo volume de investimentos, o que indica a importância estratégica do acompanhamento promovido nesses procedimentos;

6 – *CONSIDERANDO* a correlação e sinergia (territorial e finalística) desses procedimentos com a ACP nº 0236902-67.2017.8.19.0001 (“ACP Imunana Laranjal”), na qual o MPRJ pede que ao INEA seja determinada a adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade socioambiental da bacia hidrográfica em que se situa o Complexo Imunana Laranjal, responsável pelo abastecimento dos municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói e da Ilha de Paquetá, bem como que essa ação será conduzida, em auxílio consentido, por este Grupo Temático Temporário;

7 – *CONSIDERANDO*, no que diz respeito ao balanço hídrico da região tutelada pelos TACs e pela ACP acima, que, conforme foi consignado na petição inicial desta:

*(...) Não podemos ignorar, por exemplo, o teor do Ofício INEA/DIGAT nº 090/15, donde se extrai: “segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o sistema Imunana-Laranjal disponibiliza 5,5 m<sup>3</sup> /s para atender à demanda de 7,7 m<sup>3</sup> /s dos municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, isto é, a vazão disponível hoje já não atende à demanda instalada”. E, em seguida, traz um prognóstico nada animador, e que nos exorta ainda mais a não apenas preservar, como especialmente incrementar a qualidade ambiental da bacia hidrográfica ocupada pelo ‘sistema Imunana’: “o Plano Estadual aponta que, num cenário tendencial, a demanda hídrica para abastecimento urbano no ano de 2025 será de 3m<sup>3</sup> /s no município de Niterói e*





*de 0,2 m<sup>3</sup> /s no município de Maricá. A estimativa de demanda para os três municípios atendidos pelo sistema Imunana-Laranjal (Niterói, São Gonçalo e Itaboraí) é estimada em 11,7 m<sup>3</sup>/s.”*

8 – **CONSIDERANDO**, portanto, que os objetos dos procedimentos em questão coadunam-se com o escopo de atuação e objetivos do Grupo criado pela Resolução GPGJ nº 2415/21, na medida em que tutelam qualiquantitativamente os mananciais da bacia Guapi-Macacu e, dessa forma, são fundamentais para o atingimento de padrões adequados de segurança hídrica na Região Hidrográfica V (Baía de Guanabara);

9 – Manifestamo-nos, pela presente, no sentido do **DEFERIMENTO DA PRESTAÇÃO DO AUXÍLIO** consentido pelo Grupo Temático Temporário de Segurança Hídrica nos procedimentos em referência, submetendo esta promoção para análise da Coordenadoria-Geral de Atuação Coletiva Especializada, na forma preconizada pelo art. 5º, I, da Resolução GPGJ nº 2401/21.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2021.

*José Alexandre Maximino Mota*

JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA

Promotor de Justiça

Coord. do GTT Seg. Hídrica

GISELA PEQUENO GUIMARÃES CORREA

Promotora de Justiça

Ass. do GTT Seg. Hídrica



## INFORMAÇÃO

Exmo. Dr. David Francisco de Faria, Coordenador-Geral de Atuação Coletiva Especializada,

Honrado em cumprimentá-lo, de ordem do Dr. José Alexandre Maximino Mota, Coordenador do GTT-SH, sirvo-me do presente para informar que foi anexada aos autos deste processo promoção no sentido do deferimento da prestação do auxílio consentido por este Grupo Temático Temporário no procedimento PA 163/2019 – MPRJ 201900978778.

Sem mais, aproveito para manifestar protestos de elevada estima e distinta consideração.



Documento assinado eletronicamente por **CAIO SENISE AMORIM NUNES DA SILVA, Servidor**, em 14/05/2021, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0681177** e o código CRC **7323034D**.



## INFORMAÇÃO

Informo que, em consulta ao banco de dados desta Coordenação-Geral de Atuação Coletiva Especializada, não localizei solicitação de auxílio anterior para o procedimento PA 163/2019 – MPRJ 201900978778.

Informo, no entanto, que há outros pedidos deferidos para auxílio do GTT-Segurança Hídrica com assunto semelhante.

Em relação ao Exmo. Sr. Promotor de Justiça Tiago Gonçalves Veras Gomes, informo que, em consulta ao “Quadro de Movimentação dos Promotores de Justiça” referente ao mês de maio de 2021 (Ato do Procurador-Geral de Justiça nº 157, de 23/04/2021), disponível na página da Intranet do MPRJ, verifiquei que encontra-se designado para a 1ª PJTC do Núcleo Itaboraí, substituindo a Titular, além da 2ª PJTC do Núcleo Itaboraí, da qual é Titular, atuando, ainda, como Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Planejamento e Políticas Institucionais.

Nesta data, submeto os presentes autos à apreciação do Exmo. Sr. Coordenador-Geral de Atuação Coletiva Especializada.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA SARMENTO PELUSO DE SIQUEIRA, Servidor**, em 14/05/2021, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0681721** e o código CRC **A9A4384E**.



## DESPACHO

Trata-se de pedido de auxílio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí para que o GTT-Segurança Hídrica officie nos autos do procedimento PA 163/2019 - MPRJ 201900978778, que acompanha execução de TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919- 12.2018.8.19.0023, especialmente no tocante à obrigação de plantação, monitoramento e regeneração natural na margem do Rio Macacu, na Bacia Guapi-Macacu e dentro do COMPERJ.

Tendo em vista a manifestação favorável do Coordenador do GTT-Segurança Hídrica, **defiro** a solicitação de auxílio, com fundamento na Resolução GPGJ nº 2.401, de 10 de fevereiro de 2021.

Publique-se.

Após a juntada da publicação, encaminhe-se o presente expediente ao GTT-Segurança Hídrica.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID FRANCISCO DE FARIA, Promotor de Justiça**, em 14/05/2021, às 17:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0681731** e o código CRC **0E5649E9**.



#### DE 13.05.2021

Designa o Promotor de Justiça **JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA** para prestar auxílio à 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Capital, especificamente nos Procedimentos Administrativos MPRJ nºs 2017.01276585, 2017.01276582, 2017.01276592, 2017.01152050, 2018.00228502 e 2018.00528603, a partir do dia 14 de maio de 2021 e até ulterior deliberação, sem prejuízo de suas demais atribuições e sem ônus para o Ministério Público. (Processo SEI nº 20.22.0001.0018916.2021-92).

Indica o Promotor de Justiça **VLADIMIR RAMOS DA SILVA** para prestar auxílio à 195ª Promotoria Eleitoral – Teresópolis, no dia 14 de maio de 2021, especificamente para realização das audiências, sem prejuízo de suas demais atribuições.

#### DE 14.05.2021

Designa o Procurador de Justiça **GUILHERME EUGÊNIO DE VASCONCELLOS** para atuar na 3ª Procuradoria junto à 4ª Câmara Criminal e 2º Grupo de Câmaras, no período de 17 a 26 de maio de 2021, em razão das férias da Procuradora de Justiça titular, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Designa a Promotora de Justiça **DENISE DE MATTOS MARTINEZ GERACI** para atuar na Promotoria de Justiça de Família, da Infância e da Juventude de Nova Friburgo, no período de 12 a 31 de maio de 2021, em razão do afastamento do Promotor de Justiça titular, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Designa o Promotor de Justiça **HENRIQUE PAIVA ARAÚJO** para atuar na 2ª Promotoria de Justiça Cível e de Família de Campo Grande, no período de 13 a 20 de maio de 2021, em razão da licença por luto do Promotor de Justiça titular, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Torna sem efeito a designação do Promotor de Justiça **HENRIQUE PAIVA ARAÚJO** para atuar na 1ª Promotoria de Justiça Cível e de Família de Campo Grande, no período de 13 a 20 de maio de 2021.

Torna sem efeito a designação da Promotora de Justiça **DANIELA CARAVANA CUNHA VAIMBERG** para atuar na Promotoria de Justiça junto à 2ª Vara Criminal de Nova Iguaçu, no período de 10 a 13 de maio de 2021.

Designa a Promotora de Justiça **DANIELA CARAVANA CUNHA VAIMBERG** para prestar auxílio à Promotoria de Justiça junto à 2ª Vara Criminal de Nova Iguaçu, no período de 10 a 13 de maio de 2021.

Designa as Promotoras de Justiça **DENISE PIERI PEÇANHA PITTA e MAYRA PINTO GUIMARÃES COSTA OLIVEIRA DE VASCONCELOS** para substituírem-se reciprocamente nos plantões dos dias 15 e 22 de maio de 2021, na Comarca da Capital.

Torna sem efeito a designação da Promotora de Justiça **ANGÉLICA MOTHÉ GLIOCHE GASPARRI** para atuar na Promotoria de Justiça junto à 2ª Vara Criminal de Madureira, no período de 17 a 31 de maio de 2021.

Designa os Promotores de Justiça **ALEXEY KOLOUBOFF e BRUNO DE FARIA BEZERRA** para atuarem na Promotoria de Justiça junto à 2ª Vara Criminal de Madureira, no período de 17 a 31 de maio de 2021.

Torna sem efeito a designação do Promotor de Justiça **BRUNO DE FARIA BEZERRA** para prestar auxílio à 1ª Promotoria de Justiça junto ao I Tribunal do Júri da Capital, no período de 14 a 18 de maio de 2021.

Torna sem efeito a designação da Promotora de Justiça **PATRÍCIA WAJNBERGIER CHALOM** para atuar no Projeto Justiça Itinerante de Vila de Cava, no mês de abril de 2021.

Designa a Promotora de Justiça **PATRÍCIA WAJNBERGIER CHALOM** para atuar no Projeto Justiça Itinerante de Vila de Cava, no mês de maio de 2021, sem prejuízo de suas demais atribuições e sem ônus para o Ministério Público.

Faz cessar, com eficácia a contar de 1º de junho de 2021, os efeitos do ato publicado no Diário Oficial de 30 de abril de 2021, que designou o Promotor de Justiça **VINÍCIUS WINTER DE SOUZA LIMA** para exercer a função de Assessor da Secretaria-Geral de Planejamento Institucional.

## DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL DE ATUAÇÃO COLETIVA ESPECIALIZADA

#### DE 14.05.2021

Processo SEI nº 20.22.0001.0019918.2021-04 - GAECO - Defiro.

Processo SEI nº 20.22.0001.0020811.2021-46 - GAECO - Defiro.

Processo SEI nº 20.22.0001.0017853.2021-81 - GAECO - Defiro.



Processo SEI nº 20.22.0001.0016753.2021-02 - GAECO - Defiro.  
Processo SEI nº 20.22.0001.0016604.2021-48 - GAECO - Defiro.  
Processo SEI nº 20.22.0001.0016143.2021-79 - GAECO - Defiro.  
Processo SEI nº 20.22.0001.0017854.2021-54 - GAECO - Indefiro.  
Processo SEI nº 20.22.0001.0019813.2021-26 - GAECO - Indefiro.  
Processo SEI nº 20.22.0001.0020139.2021-51 - GAESF - Defiro.  
Processo SEI nº 20.22.0001.0020127.2021-84 - GAESF - Defiro.  
Processo SEI nº 20.22.0001.0021223.2021-77 - GAESF - Defiro.  
Processo SEI nº 20.22.0001.0021457.2021-64 - GTT Segurança Hídrica - Defiro.  
**Processo SEI nº 20.22.0001.0021422.2021-39 - GTT Segurança Hídrica - Defiro.**  
Processo SEI nº 20.22.0001.0021411.2021-45 - GTT Segurança Hídrica - Defiro.  
Processo SEI nº 20.22.0001.0021182.2021-20 - GTT Segurança Hídrica - Defiro.

## **EDITAIS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

### **CONCURSO DE REMOÇÃO DE GABINETE**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 4º da Resolução GPGJ nº 1.113, de 16 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução GPGJ nº 1.135, de 04 de abril de 2003, FAZ SABER aos Procuradores de Justiça que estará aberto, por 5 (cinco) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do presente edital, o prazo para apresentação de requerimentos de **REMOÇÃO** aos gabinetes abaixo identificados.

O requerimento deverá ser encaminhado ao endereço eletrônico **caai.procuradores@mprj.mp.br**, indicando no corpo da mensagem a ordem de preferência do gabinete desejado. O concurso de remoção será decidido pelo critério de antiguidade dos postulantes na classe, consoante o disposto no art. 9º da Resolução GPGJ nº 1.113/2002, e os resultados serão divulgados, no dia 24 de maio, por mensagem de e-mail do Centro de Apoio Administrativo e Institucional dos Procuradores de Justiça (CAAI), sem prejuízo de permanecerem ainda à disposição dos interessados no gabinete da Coordenação do CAAI.

- **Gabinete nº 215**, vago em virtude da aposentadoria da Procuradora de Justiça Maria Célia Gonzaga da Igreja.
- **Gabinete nº 306**, vago em virtude da aposentadoria da Procuradora de Justiça Maria Christina Pasquinelli Bacha de Almeida.
- **Gabinete nº 515**, vago em virtude da remoção da Procuradora de Justiça Maria da Glória Guarino de Oliveira Lucas para o gabinete 324.
- **Gabinete nº 720**, vago em virtude da remoção do Procurador de Justiça Marcelo Daltro Leite para o gabinete 211.
- **Gabinete nº 807**, vago em virtude da aposentadoria da Procuradora de Justiça Dalva Pieri Nunes.
- **Gabinete nº 818**, vago em virtude da remoção da Procuradora de Justiça Patrícia Mothé Glioche Béze para o gabinete 717.

### **CONCURSO PARA INVESTIDURA EM PROMOTORIAS ELEITORAIS**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** FAZ SABER aos Promotores de Justiça que, nos termos da Resolução Conjunta GPGJ/PRE Nº 17, de 1º de outubro de 2020, estará aberto o prazo para apresentação de requerimentos para investidura temporária nas Promotorias Eleitorais abaixo indicadas, no período de **01 de junho de 2021 a 30 de novembro de 2021**, iniciando-se as inscrições a 0h do dia 17 de maio de 2021 (segunda-feira) e encerrando-se às 23h59min do dia 21 de maio de 2021 (sexta-feira).

As indicações resultantes do presente edital serão para completar o biênio fixo (2019/2021), não importando em alteração na lista de antiguidade em matéria eleitoral, em conformidade com o art. 4º, § 4º, da Resolução Conjunta GPGJ/PRE nº 17/2020.





## INFORMAÇÃO

Certifico o cumprimento do despacho contido no documento eletrônico 0681731.

Nesta data, faço remessa dos autos ao Grupo Temático Temporário de Segurança Hídrica.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA SARMENTO PELUSO DE SIQUEIRA, Servidor**, em 17/05/2021, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0684455** e o código CRC **6841BA27**.



**OFÍCIO 50/2023/GTT-SH/MPRJ**

**Ref.:PA 163/2020- MPRJ 2019.00978778**

**Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça,  
Excelentíssimo Senhor Coordenador,**

Cumprimentando-os cordialmente, informo inicialmente que trata-se de procedimento instaurado para apurar o CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTIDA NO ITEM 5.1.11.2 DA CLÁUSULA SEGUNDA DO TAC PACTUADO ENTRE O MPRJ, A PETROBRAS, O INEA E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 0009919-12.2018.8.19.0023- referente ao reflorestamento 400 ha no intramuros do COMPERJ; plantar e monitorar 60 ha de áreas estratégicas da bacia GuapiMacacu.

Diante do objeto do referido procedimento administrativo, verificou-se a conveniência de se requerer o auxílio do Grupo Temático Temporário voltado à Garantia da Segurança Hídrica no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo estratégico de propiciar circunstâncias necessárias ao efetivo planejamento e regular gestão dos recursos hídricos, notadamente nas bacias hidrográficas cujo balanço hídrico apresente elevado grau de criticidade e vulnerabilidade no Estado do Rio de Janeiro, buscando a tutela quali quantitativa dos recursos hídricos, analisando e prevenindo a extensão dos impactos socioambientais, com vistas a reduzir a magnitude de efetivos ou potenciais prejuízos que decorram ou poderão decorrer de eventos hidrológicos extremos.

O referido procedimento tramita junto ao GTT-SH até a presente data. Todavia, considerando a recente nomeação deste subscritor para integrar o Grupo Temático Temporário voltado à Garantia da Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, conforme publicado no diário oficial de 27.01.2023, sirvo-me do presente para remeter-lhes **promoção em anexo, solicitando a cessação do auxílio consentindo deste GTT-SH para atuar junto ao procedimentos em epígrafe, nos termos da Resolução nº 2.401/21, ressaltando-se que não haverá prejuízo para o andamento dos feitos, já que este Promotor permanecerá à frente deste GTT, sem prejuízo de suas funções na PJ originária que solicitou outrora auxílio nestes feitos.**





Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2023.

**(assinado eletronicamente)**  
**TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**  
**Promotor de Justiça**  
**Coordenador do GTT-SH**  
**Titular da 2ª PJTC Itaboraí**

Ao Excelentíssimo

Doutor DAVID FRANCISCO DE FARIA  
Coordenação-Geral de Atuação Coletiva Especializada  
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Avenida Marechal Câmara, nº 350, 6º andar -  
Centro – Rio de Janeiro  
E-mail: scgace@mprj.mp.br



**PROCESSO MPRJ Nº 2019.00978778 (PA 163/2020)**

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTIDA NO ITEM 5.1.11.2 DA CLÁUSULA SEGUNDA DO TAC PACTUADO ENTRE O MPRJ, A PETROBRAS, O INEA E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 0009919-12.2018.8.19.0023 - referente ao reflorestamento 400 ha no intramuros do COMPERJ; plantar e monitorar 60 ha de áreas estratégicas da bacia GuapiMacacu.

Diante do objeto do referido procedimento administrativo, verificou-se a conveniência de se requerer o auxílio do Grupo Temático Temporário voltado à Garantia da Segurança Hídrica no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo estratégico de propiciar circunstâncias necessárias ao efetivo planejamento e regular gestão dos recursos hídricos, notadamente nas bacias hidrográficas cujo balanço hídrico apresente elevado grau de criticidade e vulnerabilidade no Estado do Rio de Janeiro, buscando a tutela quali quantitativa dos recursos hídricos, analisando e prevenindo a extensão dos impactos socioambientais, com vistas a reduzir a magnitude de efetivos ou potenciais prejuízos que decorram ou poderão decorrer de eventos hidrológicos extremos.

O referido procedimento tramita junto ao GTT-SH até a presente data, sendo certo que a última promoção ministerial exarada em 13.01.2023, determinou que fosse oficiado o setor/departamento jurídico da Petrobras, através do ofício nº 17/2023/GTT-SH/MPRJ, a vencer em 22.02.2023, para que encaminhasse informações atualizadas sobre os reflorestamentos e monitoramentos realizados em atendimento a cláusula em tela, informando, ainda, se o INEA emitiu atestado de cumprimento acerca das atividades de reflorestamento e manutenção. Em caso positivo, que fossem enviados os respectivos documentos comprobatórios.

Na esteira do exposto, considerando a recente nomeação deste subscritor para integrar o Grupo Temático Temporário voltado à Garantia da Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, conforme publicado no diário oficial de 27.01.2023, ante a ausência de prejuízo de atribuições junto ao órgão do qual titularizo, **oficie-se à chefia institucional, solicitando a cessação do auxílio consentido deste GTT-SH para atuar junto ao procedimentos em epígrafe, ressaltando-se que não haverá prejuízo para o andamento dos feitos, já que este Promotor permanecerá à frente deste GTT, sem prejuízo de suas funções na PJ originária que solicitou outrora auxílio nestes feitos.**

Pelo exposto, à secretaria para:

(i) que a presente promoção de cessação de auxílio consentido seja dirigida ao Exmo. Procurador Geral de Justiça e o Exmo. Coordenador Geral de Atuação Coletiva Especializada, requerendo a cessação do auxílio, na forma da Resolução nº 2.401/21:



Art. 3º - A atuação coletiva especializada cessará por ato do Procurador-Geral de Justiça:

I - de ofício ou por provocação do Coordenador-Geral de atuação coletiva especializada ou do Coordenador de cada modalidade; e

II - mediante solicitação do Promotor Natural.

(ii) caso seja deferida a cessação de auxílio, que remeta os autos do procedimento que tramita eletronicamente à 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, inclusive com tramitação via MGP, para que o feito possa seguir junto ao seu órgão de origem.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2023.

(assinado eletronicamente)

**TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**

**Promotor de Justiça**

**Coordenador do GTT-SH**

**Titular da 2ª PJTC Itaboraí**



## INFORMAÇÃO

Informo que, nesta data, encaminho o ofício nº 50/2023/GTT-SH/MPRJ e faço remessa à Coordenação Geral de Atuação Especializada.



Documento assinado eletronicamente por **LAIANA CARLA FERREIRA, Servidor**, em 16/02/2023, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2170016** e o código CRC **C933CC9A**.



## DESPACHO

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça,

Trata-se de solicitação de cessação de auxílio do GTT-Segurança Hídrica no PA 163/2019 - MPRJ 201900978778, de atribuição da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, que teve o auxílio deferido no bojo do processo SEI nº 20.22.0001.0021422.2021-39, publicado no DOe MPRJ em 17/05/2021 (0684452).

Conforme OFÍCIO 50/2023/GTT-SH/MPRJ índice 2170010, o Promotor de Justiça Tiago Gonçalves Veras Gomes, Titular da 2ª PJTC Itaboraí, foi designado para integrar o GTT-SH, sem prejuízo de suas funções na PJ originária, nos termos do publicado no diário oficial de 27.01.2023. Logo, não haverá prejuízo para o andamento do feito.

Ante o exposto, e considerando que o art. 3º, da Resolução GPGJ nº 2.401/2021, determina que a atuação coletiva especializada cessará por ato do Procurador-Geral de Justiça, encaminho os autos a V. Exa. sugerindo a **cessação do auxílio** do GTT-SH no PA 163/2019 - MPRJ 201900978778.

Acaso deferido o pedido sugiro cientificar a Coordenação de Movimentação, para adoção das providências cabíveis, e concomitante encaminhamento ao GTT-SH para providenciar a devolução dos autos ao Promotor Natural.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID FRANCISCO DE FARIA, Promotor de Justiça**, em 17/02/2023, às 05:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2170960** e o código CRC **F0B1D4B7**.



## DESPACHO

Trata-se de procedimento de gestão administrativa instaurado pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, por meio do qual solicita auxílio para que o GTT-Segurança Hídrica officie nos autos do Procedimento MPRJ 201900978778 - PA 163/2019.

O auxílio pretendido foi deferido pela Coordenação-Geral de Atuação Coletiva Especializada no Despacho nº 0681731 e publicado em 17 de maio de 2021 (Documento nº 0684452).

Mais adiante, foi anexado ao presente expediente o OFÍCIO 50/2023/GTT-SH/MPRJ (Documento nº 2170010) em que o Promotor de Justiça Tiago Gonçalves Veras Gomes, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, informou que juntou ao Anexo nº 2170012 solicitação de cessação de auxílio do GTT-Segurança Hídrica no Procedimento MPRJ 201900978778 - PA 163/2019. Na oportunidade, registrou que fora designado para integrar o GTT-SH, sem prejuízo de suas funções na Promotoria de Justiça originária, não havendo portanto prejuízo para o andamento dos feitos.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Atuação Coletiva Especializada (CGACE) se pronunciou no Documento nº 2170960, sugerindo a cessação do auxílio do GTT-Segurança Hídrica ao Procedimento MPRJ 201900978778 - PA 163/2019.

Diante das providências adotadas, levando-se em conta a solicitação do Promotor de Justiça Natural, bem como a manifestação da Coordenação-Geral de Atuação Coletiva, cessa o auxílio do GTT-Segurança Hídrica para officiar nos autos do Procedimento MPRJ 201900978778 - PA 163/2019, nos termos do art. 3º da Resolução GPGJ nº 2.401, de 10 de fevereiro de 2021.

Publique-se.

Restitua-se o presente expediente à Coordenação-Geral de Atuação Coletiva Especializada, para ciência e adoção das demais providências cabíveis.

Luciano Oliveira Mattos de Souza  
Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA, Procurador-Geral de Justiça**, em 25/02/2023, às 09:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2175554** e o código CRC **E64D676D**.



São João da Barra, São Francisco do Itabapoana, Italva-Cardoso Moreira, São Fidélis, Cambuci-São José de Ubá, Itaocara, Santo Antonio de Pádua-Aperibé, Miracema, Laje do Muriaé, Itaperuna, Natividade-Varre e Sai, Bom Jesus do Itabapoana, Porciúncula, São Sebastião do Alto, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Carapebus-Quissamã, Rio das Ostras, Macaé e Campos dos Goytacazes

04 (sábado)	3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Campos dos Goytacazes <b>Voluntário: Sandra da Hora Macedo</b>
05 (domingo)	Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude de Campos dos Goytacazes <b>Voluntário: Patrícia Monteiro Alves Moreira Baranda</b>
11 (sábado)	Promotoria de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência do Núcleo Campos dos Goytacazes <b>Voluntário: Lucas Fernandes Bernardes</b>
12 (domingo)	1ª Promotoria de Justiça de São João da Barra <b>LUDIMILA BISSONHO RODRIGUES BRAGA</b>
18 (sábado)	2ª Promotoria de Justiça de São João da Barra <b>Voluntário: Bruno de Sá Barcelos Cavaco</b>
19 (domingo)	Promotoria de Justiça de São Francisco do Itabapoana <b>Voluntário: Luiz Otávio Sales Damasceno</b>
25 (sábado)	Promotoria de Justiça de Italva / Cardoso Moreira <b>Voluntário: Vinicius Lameira Bernardo</b>
26 (domingo)	Promotoria de Justiça Criminal de São Fidélis <b>ADRIANA GARCIA PINTO COELHO</b>

#### **CENTRAL DE CUSTÓDIA DE VOLTA REDONDA**

##### **(art. 7º - Ato Normativo nº 22/2020)**

Itatiaia, Resende, Porto Real/Quatis, Barra Mansa, Pinheiral, Barra do Piraí, Valença, Rio das Flores, Piraí, Mendes, Vassouras, Paty do Alferes, Miguel Pereira, Engenheiro Paulo de Frontin, Rio Claro, Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba e Volta Redonda

04 (sábado)	Promotoria de Justiça Cível de Vassouras <b>RAMON LEITE DE CARVALHO</b>
05 (domingo)	Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Vassouras <b>Voluntário: Marcos Vinicius de Oliveira Pinheiro</b>
11 (sábado)	Promotoria de Justiça de Paty do Alferes <b>Voluntário: Vania Cirne Manhães</b>
12 (domingo)	Promotoria de Justiça de Miguel Pereira <b>Voluntário: William Teitel</b>
18 (sábado)	Promotoria de Justiça de Engenheiro Paulo de Frontin <b>Voluntário: Vitor Dourado Graçano</b>
19 (domingo)	Promotoria de Justiça de Paraty <b>Voluntário: Leonardo Zulato Barbosa</b>
25 (sábado)	1ª Promotoria de Justiça Criminal de Angra dos Reis <b>Voluntário: Ana Maria de Almeida Sampaio</b>
26 (domingo)	2ª Promotoria de Justiça Criminal de Angra dos Reis <b>Voluntário: Marcelo Fernandes Guimarães</b>

## **I DESPACHOS DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

### **DE 23.02.2023**

Processo SEI-MPRJ nº 20.22.0001.0007840.2023-87 - Autorizo a prorrogação da Força-Tarefa de Desinstitucionalização, pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 06/02/2023.

### **DE 25.02.2023**

Processo SEI nº 20.22.0001.0021411.2021-45 - GTT-Segurança Hídrica - Cesso o auxílio.

Processo SEI nº 20.22.0001.0021424.2021-82 - GTT-Segurança Hídrica - Cesso o auxílio.

Processo SEI nº 20.22.0001.0021422.2021-39 - GTT-Segurança Hídrica - Cesso o auxílio.